



idp

Brasília/DF
Abril e Maio/2020

CADERNO DE RESUMOS

ANAIS DO 1º SEMINÁRIO DE PESQUISAS DISCENTES
DO MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO IDP

C122 Primeiro Seminário de Pesquisas Discentes do Mestrado em Administração Pública do IDP

Caderno de resumos anais do 1º Seminário de Pesquisas Discentes do Mestrado em Administração Pública do IDP/ Organizadores Caio Cordeiro de Resende; Paulo Alexandre Batista de Castro; Alessandro de Oliveira Gouveia Freire [et al.]. - Brasília: Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, – abr./ maio, 2020.

59 p.

1. Administração pública. 2. Resumos. 3. 1º Seminário de pesquisas discentes. I. Título. II. Tessmann, Mathias Schneid (org.). III. Mendonça Sobrinho, Milton de Souza (org.). IV. Holtermann, Renan Silveira (org.). V. Souza, Matheus Gonçalves da Silva. VI. Jardim, Gabriela Gadeia Brito.

CDD: 341

CDU: 351

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Moreira Alves

Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa

Anais do 1º Seminário de Pesquisas Discentes do Mestrado em Administração Pública do IDP
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP
Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública
17, 24 de abril e 2 de maio de 2020

CADERNO DE RESUMOS
ANAIS DO 1º SEMINÁRIO DE PESQUISAS DISCENTES DO MESTRADO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO IDP

Brasília/DF
Abril e Maio /2020

CADERNO DE RESUMOS



Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP

Prof. Dr. Francisco Schertel Ferreira Mendes

Escola de Direito e Administração Pública do IDP – EDAP

Prof. Dr. Francisco Schertel Ferreira Mendes

Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública do IDP

Prof. Dr. Caio Cordeiro de Resende



COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof. Dr. Caio Cordeiro de Resende

Prof. Dr. Paulo Alexandre Batista de Castro

Prof. Dr. Alessandro de Oliveira Gouveia Freire

Prof. Dr. Mathias Schneid Tessmann

Prof. Dr. Milton de Souza Mendonça Sobrinho

Renan Silveira Holtermann

Matheus Gonçalves da Silva e Souza

Gabriela Gadeia Brito Jardim

COMITÊ CIENTÍFICO E PARECERISTAS

Profa. Dra. Luciana Silva Garcia

Prof. Dr. Márcio de Oliveira Júnior

Prof. Dr. Pedro Lucas de Moura Palotti

ELABORAÇÃO DO CADERNO DE RESUMOS

Editoração:

Prof. Dr. Alessandro de Oliveira Gouveia Freire

Prof. Dr. Mathias Schneid Tessmann

Prof. Dr. Milton de Souza Mendonça Sobrinho

Revisão:

Renan Silveira Holtermann

Matheus Gonçalves da Silva e Souza

Marketing:

Antonio Zaninetti

Design e Diagramação:

Norberto Junior

Realização e Publicação:

Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública do IDP

APRESENTAÇÃO

O Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública do IDP implementou o “*Seminário de Pesquisas Discentes*” com objetivo de criar um espaço especificamente voltado para a apresentação e discussão dos projetos de pesquisa dos(as) alunos(as) do PPG. O evento ocorre semestralmente e reúne todos os discentes que cursam a disciplina obrigatória “Metodologias de Pesquisa Científica”.

Essencialmente, o evento oportuniza aos discentes a possibilidade de aprimorar seus projetos de pesquisa por meio de feedbacks que recebem tanto dos professores quanto de outros colegas. O foco maior é dado aos aspectos metodológicos das pesquisas, mas retornos sobre problema e problematização das temáticas de pesquisa, assim como sugestões, críticas e ajustes no referencial teórico também são possíveis de se obter.

O evento vem se consolidando como um importante fórum de discussão de pesquisas discentes e tem sido fundamental para os passos seguintes que os(as) alunos(as) têm na jornada do mestrado, que é o exame de qualificação. O evento é intencionalmente posicionado como o passo anterior à qualificação do projeto de dissertação.

O evento estrutura-se em torno de um único Grupo de Trabalho, o “GT – Métodos e Técnicas para Pesquisas em Administração Pública”, que recepciona os trabalhos dos discentes. Após cada edição do Seminário de Pesquisas Discentes, o Mestrado em Administração Pública do IDP publica os anais da respectiva edição do evento, no formato de um Caderno de Resumos.

O evento é aberto à comunidade acadêmica e buscar reforçar o importante elo entre ensino e pesquisa, tão relevante para o processo de produção, acumulação e publicização do conhecimento acadêmico-científico.

A seguir apresentam-se os resumos dos trabalhos da primeira edição do Seminário de Pesquisas Discentes do Mestrado em Administração Pública do IDP, realizado em abril e maio de 2020.

Boa leitura!

SUMÁRIO

Política Pública e o Papel da Defensoria Pública da União: Um Olhar sobre as Comunidades Tradicionais Situadas no Entorno do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses <i>Alessandra Oliveira</i>	10
A Estratégia de Governança da Aplicação do Enem: Estudo de Caso Abordando a Aplicação do Exame em 2016 Diante das Invasões de Estudantes em Escolas e Universidades onde as Provas Aconteceriam <i>Alexandre Retamal Barbosa</i>	11
Gestão Ambiental em Organizações Públicas: Estudo de Caso <i>Álvaro Cássio Mesquita Gerin</i>	12
Inteligência Artificial para Identificação de Indícios de Corrupção em Compras Públicas <i>Ana Paula Veras Carvalho Menezes</i>	13
Lei Anticorrupção (Lei Nº. 12.846/13): Uma Análise sob a Óptica dos Profissionais de Relações Institucionais e Governamentais (RIG) <i>André Freitas</i>	14
Avaliação de Impacto dos Recursos do FGTS Aplicados em Políticas Públicas de Saneamento, Observando Eventual Melhoria da Qualidade de Vida das Populações Locais <i>Arão Amaral Filho</i>	15
A Possibilidade de Uso da Arbitragem como Meio Adequado para Solução de Conflitos em Contratos de Infraestrutura Firmados pela Administração Pública Federal no Âmbito do Setor Elétrico: Estudo da Modelagem dos Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão <i>Barbara Bianca Sena</i>	16
Estudo de Caso: Análise dos Processos Licitatórios para Aquisição de Medicamentos e Material Médico-Hospitalar pelo Estado de Roraima entre os Anos de 2014 a 2018 à Luz da Aplicação dos Conceitos de Governança Pública <i>Bruno Liandro Praia Martins</i>	17
Estudo de Caso na TERRACAP: Seu Papel como uma Agência de Desenvolvimento <i>Carine Vogel Dutra Telles</i>	18
Análise de Custos Gerados por Usuários do Serviço de Saúde Pública de uma Especialidade Médica do Hospital e Pronto Socorro Municipal na Cidade de Cuiabá – MT <i>Carlos Evaristo Metello Costa e Silva</i>	19
A Atuação do Conselho Nacional de Justiça em Benefício da População Hipossuficiente: Uma Análise à Luz das Demandas da Defensoria Pública <i>Celina Ribeiro Coelho da Silva</i>	20
Reorganização Político Administrativa do Governo Federal: Eficiência, Controle e Modernização do Serviço Público - Reestruturação das Áreas de Gestão do Ministério da Economia <i>Danielle Calazans</i>	21

Efeitos da Atuação do Controle Interno do Poder Executivo Federal nas Contratações com Editoras Internacionais dos Conteúdos Científicos do Portal de Periódicos da Capes <i>Elba Jane Bastos Pereira</i>	22
A Atuação do Juiz de Direito como Prestador de Serviços no Atual Contexto do Poder Judiciário Brasileiro <i>Elmira Arruda Morais</i>	23
Licitações e Contratações Públicas: A Ineficiência dos Pregões Eletrônicos no Âmbito Quartel-General do Exército Brasileiro – Estudo de Caso <i>Ernane Ferreira Bastos</i>	24
O “Sistema de Concessão de Diárias e Passagens” nas Forças Armadas: Um Estudo sobre a Marinha do Brasil <i>Fabiana Pereira Macedo</i>	25
Avaliação da Compensação Ambiental Federal por Meio da Teoria da Mudança – Aprimoramento e Controle Social da Política <i>Flavia Cristina Gomes de Oliveira</i>	26
Redes Sociais e Políticas Públicas: Uma Perspectiva para Monitoramento do Programa PIBID <i>Inaê Murrieta Costa</i>	27
Comissão de Minas e Energia: Atuação Parlamentar nos PL’s Relacionados à Indústria de Óleo e Gás e sua Correlação com as Participações Governamentais após os Marcos Regulatório da Lei do Petróleo (1997) e do Pré-Sal (2010) <i>João Lima Romeiro</i>	28
Qual o Modelo de Governança Adotado pela Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal? <i>José Luiz Marques Barreto</i>	29
Proposta de Implantação de uma Nova Estrutura de Planejamento e Gerenciamento das Contratações para o Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército (SISTEX) <i>Josinaldo da Silva Barros</i>	30
Os Impactos do Planejamento Estratégico na Reestruturação de Serventias Extrajudiciais: Orientação Nº 7 do CNJ de 07 de Novembro de 2018 <i>Larissa Prado Santana</i>	31
Advocacia Pública e a Orientação Jurídica da Administração Pública <i>Lília Almeida Sousa</i>	32
Benchmarking como Base para a Elaboração de Políticas Públicas: Um Estudo da Atuação do Instituto Teotônio Vilela em Prefeituras Maranhenses <i>Liviomar Macatrão Pires Costa</i>	33
Desafios na Gestão da Execução de Contratos Públicos da Base Administrativa do Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército <i>Luciano Alves de Oliveira</i>	34

As Emendas Parlamentares como Instrumento de Alocação de Recursos na Área de Infraestrutura Urbana nos Municípios do Estado de Goiás <i>Luiz Cesar Barbosa Lopes</i>	35
A Despesa com Pessoal e a Lei de Responsabilidade Fiscal: Um Estudo sobre o Controle de Gastos nas 10 Maiores Prefeituras do Amazonas <i>Marco Antonio Andrade Castilhos Filho</i>	36
A Gestão de Riscos no Âmbito da Administração Pública do Distrito Federal: Um Estudo de Caso <i>Maria Ester Lessa Brandão Nogueira de Oliveira Moraes</i>	37
Clima, Cultura & QVT, Fatores que Impactam no Desempenho e Alta Performance da Gestão Pública – Estudo de Caso de uma Empresa Estatal Federal <i>Maurício Pereira Malta</i>	38
Inovação em Políticas Educacionais no Brasil: Estudo do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) <i>Michelle Góis Gadelha Dias</i>	39
Análise da Repercussão do Julgamento das Ações de Improbidade dentro da Administração Pública do Estado do Maranhão nos Últimos Dez Anos <i>Mizzi Gomes Gedeon</i>	40
O Planejamento Estratégico Situacional como um Importante Instrumento de Gestão: Uma Autoavaliação da Experiência do Ministério Público do Estado do Acre <i>Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto</i>	41
Impactos e Perspectivas do Novo Regime Fiscal no Orçamento do Superior Tribunal de Justiça <i>Paula Ramalho Nóbrega Sant’Ana</i>	42
Os Programas Estratégicos de Defesa a Partir do Novo Regime Fiscal Implementado pela Emenda Constitucional Nº 95/2016: Um Estudo de Caso no Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) do Exército Brasileiro <i>Pedro Artur Leite Rodriguez</i>	43
Absenteísmo por Licença Médica em Servidores de uma Fundação Pública Federal <i>Raquel de Assis Mayrink</i>	44
Análise da Gestão do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal (FDCA/DF) no Decênio de 2010 a 2019 <i>Robson Ribeiro</i>	45
Dos Mecanismos de Combate a Corrupção em Contratos de Parceria Público Privada Celebrados para a Copa do Mundo FIFA – Brasil – 2014 <i>Rodrigo Abreu Ferreira</i>	46
A Governança para a Gestão dos Efeitos do Desastre em Mariana <i>Romeu Mendes do Carmo</i>	47

Efeitos da Regulamentação de Compartilhamento de Postes de Energia Elétrica por Prestadoras de Serviços de Telecomunicações no Período 2014-2018 <i>Ronaldo Neves de Moura Filho</i>	48
Estudo de Caso do IHBDF - Instituto Hospital de Base do Distrito Federal: Mecanismos de Controle da Aplicação dos Recursos Públicos <i>Roosevelt Vilela Pires</i>	49
PNAE: Uma Análise das Possibilidades, Limites e Desafios do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Município de Palmeiras de Goiás-GO <i>Samuel Marques de Freitas</i>	50
A Implantação da Governança Pública em uma Organização Hierarquizada: Estudo de Caso do Comando de Preparo da Força Aérea Brasileira <i>Susan Kelly Prado Andrade</i>	51
Responsabilidade Civil nas Tomadas de Contas Instauradas no Âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso: Uma Visão da Doutrina e Jurisprudência Nacional Aplicada às Cortes de Contas <i>Teófilo Márcio de Arruda Barros Junior</i>	52
Desafios da Sustentabilidade Ambiental no Âmbito dos Conselhos de Fiscalização do Poder Judiciários: Estudo de Caso <i>Thawyo Wanderley B. Rosenthal</i>	53
A Efetividade do Gerenciamento de Riscos em Relação aos Contratos Firmados por Empresas Estatais, sob a Égide da Lei Federal N.º 13.303/16 <i>Thiago Bueno de Oliveira</i>	54
O Terceiro Setor como Modelo de Gestão nos Serviços Públicos dos Municípios do Estado do Maranhão <i>Tiago José Mendes Fernandes</i>	55
O Programa de <i>Compliance</i> nas Empresas Estatais: Um Estudo de Caso sobre a TERRACAP (Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal) <i>Walter José de Almeida Filho</i>	56
Sustentabilidade nas Licitações Públicas e o Princípio da Economicidade: Desafios para o Desenvolvimento Nacional Sustentável <i>Wandewallesy de Brito Alexandre</i>	57
A Bíblia Sagrada e a Proteção de Deus nas Sessões da Câmara Legislativa do Distrito Federal: Do Princípio da Laicidade do Estado ao Cotidiano da Administração Pública <i>Welbio Coelho Silva</i>	58

POLÍTICA PÚBLICA E O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO: UM OLHAR SOBRE AS COMUNIDADES TRADICIONAIS SITUADAS NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES

Alessandra Oliveira¹

Resumo: O problema de pesquisa consiste na seguinte investigação: como a atuação da Defensoria Pública da União (DPU) pode contribuir na inserção das comunidades tradicionais no processo de concessão de serviços do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses? Parte-se da hipótese de que uma das frentes de atuação da Defensoria Pública da União (DPU) é buscar o bem-estar e o progresso social e econômico dos membros das comunidades tradicionais (Esteves, 200, Projeto Canastra). Para o desenvolvimento da pesquisa pretende-se fazer uma análise documental sobre a atuação da DPU junto às comunidades tradicionais, assim como uma análise do edital de concessão de serviços e levantar as variáveis (escolaridade, renda, idade e sexo) que possam ter afeitos nas comunidades tradicionais da região. De maneira a aprofundar a análise sobre a atuação da DPU, pretende-se entrevistar por meio de videoconferência os Defensores Públicos Federais envolvidos com a temática (membros do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Tradicionais), Defensores da região, Defensores com experiência de atuação junto às comunidades tradicionais, bem como técnicos com experiência em comunidades tradicionais. A análise do perfil dos municípios de Barreirinhas, de Santo Amaro e de Primeira Cruz será sobre os dados abordados na publicação IBGE e MDS “Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros 2014 - Inclusão Produtiva”. Por fim, de maneira a aprofundar o olhar sobre às comunidades, pretende-se entrevistar pessoas pertencentes as mesmas.

¹ Alessandra Oliveira é Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e, atualmente, é servidora da Defensoria Pública da União (DPU).

A ESTRATÉGIA DE GOVERNANÇA DA APLICAÇÃO DO ENEM: ESTUDO DE CASO ABORDANDO A APLICAÇÃO DO EXAME EM 2016 DIANTE DAS INVASÕES DE ESTUDANTES EM ESCOLAS E UNIVERSIDADES ONDE AS PROVAS ACONTECERIAM

Alexandre Retamal Barbosa²

Resumo: Compreendendo o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como política pública, como se desenvolveu e implementou a estratégia de Governança adotada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para aplicar e reaplicar o Enem em 2016, diante das invasões de estudantes em escolas e universidades onde as provas aconteceriam? Para tanto, o trabalho busca definir o Enem como Política Pública Social e estabelecer, com base no conceito de Governança Pública, a Rede de Governança do Enem e os valores públicos por esta gerados, além de compreender, com base no conceito de Governança Pública, como emergiu no Inep, apoiado por sua Rede de Governança, a solução estratégica para que o Enem pudesse ser aplicado em reaplicado em 2016. A metodologia proposta para desenvolver a pesquisa é a qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica e de um estudo de caso exploratório, promovido através de entrevistas com atores (protagonistas e coadjuvantes) diretamente envolvidos na aplicação do Enem 2016.

² Alexandre Retamal Barbosa é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP) e, atualmente, é Chefe da Assessoria de Comunicação Social do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

GESTÃO AMBIENTAL EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS: ESTUDO DE CASO

Álvaro Cássio Mesquita Gerin³

Resumo: O presente trabalho tem como intuito mapear as ações realizadas para a implantação de uma Gestão Ambiental eficiente, com foco na obtenção de resultados, em boas práticas encontradas e todo o processo de implantação que já vem sendo construído ao longo dos anos e qual o impacto das ações ambientais da instituição ao longo do processo. Quais os caminhos para que a gestão ambiental se torne mais eficiente dentro da instituição? Diante da complexidade da questão ambiental dentro de uma instituição federal de pesquisa, este projeto de pesquisa prevê o recorte de uma área como estudo de caso. A proposta é utilizar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) que é um documento definido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos e regulamentado pelo Decreto nº 7.404/2010, e que alterou a Lei nº 9.605/1998 (dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente). O propósito do trabalho é um estudo de caso, com base em uma pesquisa documental dos PGRS elaborados de 2016 e 2018 de forma descritiva. Além da análise documental, aplicação de questionário no estilo *survey* para os responsáveis pela elaboração do PGRS em todas as unidades da Embrapa e pesquisas com os responsáveis pela elaboração da metodologia do PGRS e da implementação na instituição.

³ Álvaro Cássio Mesquita Gerin é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Analista de Orçamento e Finanças, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA IDENTIFICAÇÃO DE INDÍCIOS DE CORRUPÇÃO EM COMPRAS PÚBLICAS

Ana Paula Veras Carvalho Menezes⁴

Resumo: A análise de risco de corrupção consiste na identificação de fragilidades que possibilitem a ocorrência de atos de corrupção, possibilitando estimar o risco para um dado cenário com a ponderação dos indicadores descobertos. Essa avaliação pode apontar como se dará o processo de fiscalização de indícios de fraudes, aumentando o potencial de detecção e de apuração de ocorrências. Diante disso, este trabalho visa ao estudo e à aplicação de técnicas para avaliação do uso de soluções de inteligência artificial por órgãos de controle governamentais identificar indícios de fraude em contratações públicas, com o intuito de subsidiar o combate à corrupção. Metodologicamente, a pesquisa se vale de uma abordagem qualitativa, adotando como técnica o estudo de caso, tendo como um dos procedimentos de coleta de dados a pesquisa bibliográfica.

⁴ Ana Paula Veras Carvalho Menezes é Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Gerente Executiva da Caixa Econômica Federal (CAIXA).

LEI ANTICORRUPÇÃO (LEI Nº. 12.846/13): UMA ANÁLISE SOB A ÓPTICA DOS PROFISSIONAIS DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E GOVERNAMENTAIS (RIG)

André Freitas⁵

Resumo: A pesquisa busca responder ao seguinte problema: qual a percepção dos profissionais de Relações Institucionais e Governamentais (RIG) quanto às disposições da Lei Anticorrupção (Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013), no exercício da representação do setor empresarial privado frente aos agentes públicos (administração pública)? O escopo da pesquisa propõe uma investigação, na forma de enquete (*survey*) sobre uma amostra de 271 profissionais ativos da área de Relações Institucionais e Governamentais (RIG), no período compreendido entre novembro de 2019 e março de 2020. Para o método de pesquisa, será adotado o *survey* interseccional. Propõe-se, como meta para a coleta de dados, a aplicação da pesquisa para uma amostra de 271 profissionais de RIG, posteriormente, distribuídos em função da proporção nas 27 unidades da federação. As informações serão colhidas por meio de um instrumento de pesquisa, na forma de um questionário estruturado, que contemple questões de natureza profissional, psicográfica e comportamental. A coleta de dados se realizará mediante a utilização de uma plataforma virtual para *surveys*, com o intuito de reduzir os custos relativos à coleta e de otimizar o tempo destinado à análise dos dados planilha eletrônica computadorizada.

⁵ André Freitas é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e, atualmente, é Consultor Pleno de Assuntos Legislativos do Grupo Globo.

AVALIAÇÃO DE IMPACTO DOS RECURSOS DO FGTS APLICADOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE SANEAMENTO, OBSERVANDO EVENTUAL MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA DAS POPULAÇÕES LOCAIS

Arão Amaral Filho⁶

Resumo: Pretende-se identificar o impacto que os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), aplicados em saneamento básico nos municípios brasileiros. O FGTS é um dos maiores fundos para investimento no setor, ainda mais em momento que o Orçamento-Geral da União (OGU) não dispõe de recursos para a área há anos, ficando o FGTS como maior *funding*. O problema proposto busca dar clareza no papel do FGTS enquanto principal *funding* para o setor de Saneamento Básico no cenário nacional, e se sua utilização enquanto recurso para obras de saneamento, proporciona melhoria na qualidade de vida da sociedade brasileira. Dada a característica atípica de uso dos recursos do FGTS, onde o proponente apresenta ao Ministério das Cidades/Ministério de Desenvolvimento Regional um projeto básico, que a depender de suas finalidades previstas, será selecionado. Essa característica de seleção baseado em parâmetros previamente definidos tira do processo a aleatoriedade e, portanto, torna o processo de comparabilidade da execução das políticas mais complexo. Desta forma, antes de se explorar as alternativas que darão sustentabilidade nas respostas das perguntas do projeto, será necessário criar modelo onde se possam definir os grupos de controle e de tratamento. Será apresentada a teoria que define a melhor maneira de utilizar grupos de controle e tratamento. Posteriormente, serão descritas tentativas de utilização de pelo menos duas teorias, para se definir a que será utilizada no projeto. Preliminarmente, entende-se que a metodologia de pareamento e diferenças em diferenças, onde será possível assegurar similaridade entre municípios que receberam e não receberam recursos do FGTS, e comparar os índices entre este grupo de tratamento e controle.

⁶ Arão Amaral Filho é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP) e, atualmente, é Gerente da Caixa Econômica Federal (CAIXA).

A POSSIBILIDADE DE USO DA ARBITRAGEM COMO MEIO ADEQUADO PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS EM CONTRATOS DE INFRAESTRUTURA FIRMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL NO ÂMBITO DO SETOR ELÉTRICO: ESTUDO DA MODELAGEM DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSMISSÃO

Barbara Bianca Sena⁷

Resumo: O projeto de pesquisa objetiva propor a avaliação dos tipos de conflitos que podem ser submetidos à arbitragem e em quais condições, no âmbito do Setor Elétrico Brasileiro (SEB), voltando-se a análise para os contratos de concessão de serviços públicos de transmissão. Para tanto, pretende-se abordar a governança desses contratos de transmissão sob o ponto de vista da gestão de riscos, considerando a complexidade das relações envolvidas, a teoria da incompletude contratual e a teoria dos custos de transação. Será utilizada a metodologia qualitativa a fim de: i) revisar a bibliografia sobre a estrutura de governança do Setor Elétrico; ii) revisar a bibliografia sobre as teorias da incompletude contratual, dos custos de transação e da “Administração Pública consensual”; iii) revisar a bibliografia e a jurisprudência sobre o tema da Arbitragem; iv) realizar pesquisa de campo com dados primários e tabular contratos; v) descrever o objeto das cláusulas compromissórias já existentes; e, vi) arrolar os conflitos submetidos à arbitragem na área de infraestrutura.

⁷ Barbara Bianca Sena é Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Coordenadora Técnica e Administrativa da Advocacia-Geral da União (AGU).

ESTUDO DE CASO: ANÁLISE DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR PELO ESTADO DE RORAIMA ENTRE OS ANOS DE 2014 A 2018 À LUZ DA APLICAÇÃO DOS CONCEITOS DE GOVERNANÇA PÚBLICA

Bruno Liandro Praia Martins⁸

Resumo: A situação de ausência de celeridade e ineficácia dos procedimentos licitatórios é ainda mais danosa quando se trata da aquisição de medicamento e material médico-hospitalar, os quais necessitam ser adquiridos não apenas com determinada urgência, mas principalmente com algum grau de especificidade e maior determinação de qualidade. Tal situação que em si vai contra a natureza do procedimento licitatório atualmente existente no qual se busca ser o mais genérico possível preservando muitas vezes a competitividade de um certame em detrimento da qualidade ou eficiência de determinado material e equipamento. Não obstante, o agente público que licita saúde deve ter duplo zelo: o comum a todo agente no que concerne a não gerar danos ao erário e não acabar sendo responsabilizado pelo mau uso do dinheiro público e, ainda, evitar que as pessoas morram em decorrência da morosidade e dos entraves burocráticos. Embora o Estado de Roraima não possa oferecer o parâmetro para a comprovação de tais afirmativas de modo geral, é um fértil objeto de estudo por conta de suas peculiaridades regionais, políticas e administrativas, além de sua baixa densidade demográfica. O estudo de tal situação é o objeto do presente trabalho, o estudo analítico dos procedimentos licitatórios para aquisição de equipamentos médicos e os entraves encontrados no cumprimento de prazos e necessidades reais dos órgãos que licitam em Roraima. Será realizado estudo de caso mediante análise documental e aplicação de questionários junto aos gestores e técnicos envolvidos nos procedimentos licitatórios da saúde estadual.

⁸ Bruno Liandro Praia Martins é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Assessor Especializado da Procuradoria do Estado de Roraima.

ESTUDO DE CASO NA TERRACAP: SEU PAPEL COMO UMA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO

Carine Vogel Dutra Telles⁹

Resumo: Diante da necessidade de consolidar a Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP) como importante agente na gestão de recursos do Governo do Distrito Federal, essa pesquisa se propõe a responder a seguinte pergunta: de que maneira a TERRACAP pode se estabelecer como agência de desenvolvimento do Distrito Federal? Com base nessa premissa, será possível analisar, do ponto de vista de gestão pública, quais as formas existentes para viabilizar o papel da TERRACAP como uma agência de desenvolvimento. Esta pesquisa consistirá em um estudo de caso, o qual abordará a seguinte Metodologia: pesquisa qualitativa - revisão da literatura e pesquisa bibliográfica, a partir de artigos científicos e estudos acadêmicos (dissertações e teses) de autores brasileiros e estrangeiros, a partir dos anos 1990, buscando conceitos e exemplos de agências de desenvolvimento. A pesquisa contempla a coleta de dados existentes na TERRACAP, a fim de definir as características da empresa na sua atuação como companhia imobiliária e como agência de desenvolvimento. Através de estudo explicativo e descritivo os resultados da pesquisa serão apresentados e discutidos. Por fim, destaca-se que a importância de se analisar como a TERRACAP deve atuar para cumprir seu papel como agência de desenvolvimento, para tanto, elaborar-se-á um quadro comparativo de características comuns a outras agências de desenvolvimento.

⁹ Carine Vogel Dutra Telles é Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é servidora da Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP).

ANÁLISE DE CUSTOS GERADOS POR USUÁRIOS DO SERVIÇO DE SAÚDE PÚBLICA DE UMA ESPECIALIDADE MÉDICA DO HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL NA CIDADE DE CUIABÁ – MT

Carlos Evaristo Metello Costa e Silva¹⁰

Resumo: Diante da necessidade de melhoras dos serviços públicos de saúde devido a sua importância no bem-estar da vida da população, essa pesquisa propõe-se a responder dois principais questionamentos: Existe um quadro de baixa efetividade dos serviços públicos ofertados por hospital público na cidade de Cuiabá- MT (Hospital e Pronto Socorro Municipal - HPSMC) e quais os custos decorrentes devido à esta situação de baixa eficácia, tendo como amostra os pacientes atendidos por uma especialidade médica (Urologia)? Trata-se de uma pesquisa aplicada, sendo um estudo de caso descritivo, quantitativo, analítico e retrospectivo. Serão utilizados livros de relatórios preenchidos por médicos especialistas que trabalham em um hospital público da cidade de Cuiabá - MT, de setembro de 2016 à dezembro de 2019, onde serão analisados o atendimento inicial, o diagnóstico, o tratamento, o tempo de internação, o destino dado aos pacientes, a alta do serviço e as intercorrências observadas durante as fases descritas. (Não será discutido as consequências médicas adquiridas pelos usuários em questão). Nestes relatórios constam todos os pacientes atendidos pela especialidade em questão. A partir disto, serão estimados a média dos gastos gerados para a instituição e, assim sendo, estimar o prejuízo financeiro total obtido pela demora na conduta relacionada aos pacientes atendidos em questão gerado aos cofres públicos.

¹⁰ Carlos Evaristo Metello Costa e Silva é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP) e, atualmente, é Professor da Universidade de Cuiabá (UNIC) e Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG).

A ATUAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA EM BENEFÍCIO DA POPULAÇÃO HIPOSSUFICIENTE: UMA ANÁLISE À LUZ DAS DEMANDAS DA DEFENSORIA PÚBLICA

Celina Ribeiro Coelho da Silva¹¹

Resumo: A pesquisa tem como principal motivação verificar de que forma as políticas judiciais desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) podem contribuir para que os pleitos da população hipossuficiente sejam atendidos. Para tanto, visa analisar, quantitativa e qualitativamente, os processos propostos pela Defensoria Pública no sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe), a fim de diagnosticar quais os temas mais apresentados pelos variados órgãos que compõem a Defensoria Pública do Brasil. Vale dizer, pretende-se identificar como a instituição impulsiona o CNJ a atuar. Para a extração dos dados necessários nesta pesquisa, será utilizada a metodologia mista, com a utilização de elementos quantitativos e qualitativos. Sob o aspecto quantitativo, pretende-se desenvolver levantamento dos processos administrativos instaurados no sistema processual PJe pela Defensoria Pública. Será consultada na base de dados do CNJ a especificação de processos em toda a história do Conselho, a fim de ser realizado um comparativo numérico com aqueles propostos pelo Ministério Público e com a advocacia (pública e privada), que, assim como a Defensoria Pública, são funções essenciais à Justiça. Qualitativamente, serão apreciados os temas propostos pela Defensoria Pública no CNJ, tendo como referência os processos constantes no sistema PJe, assim como o resultado de suas postulações junto ao CNJ. Em outras palavras, pretende-se identificar como que esses temas propostos influenciaram nas decisões e políticas do CNJ, seja com o acolhimento dos pedidos formulados, seja com a elaboração de atos normativos.

¹¹ Celina Ribeiro Coelho da Silva é Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Analista Judiciária do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

REORGANIZAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO GOVERNO FEDERAL: EFICIÊNCIA, CONTROLE E MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO - REESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Danielle Calazans¹²

Resumo: O problema da pesquisa será: como a reorganização político administrativa do Governo Federal pode contribuir na busca pela eficiência, controle e modernização do serviço público, dentro do Ministério da Economia? A análise estará restrita as áreas de gestão da pasta. O método de abordagem utilizado será o dedutivo, que parte do pressuposto da análise de uma ideia geral, sendo que o método de procedimento que será utilizado é o histórico-comparativo. A presente pesquisa será exploratória, pois esse tipo de pesquisa favorece o conhecimento de um fenômeno com a finalidade de torná-lo mais explícito. Nesta pesquisa pretende-se analisar se a recente reforma administrativa culminou no aumento da eficiência, controle e na modernização do serviço público, no âmbito do Ministério da Economia. Para esse estudo realizar-se-á o procedimento da coleta de dados por meio de revisão bibliográfica, sendo a investigação teórica baseada em livros, artigos científicos, revistas, publicações em geral, entre outros, pertinentes ao tema proposto. Os dados serão coletados por meio de uma pesquisa qualitativa em bibliografia nacional e internacional, documentos e jurisprudência. Será analisada por meio da Análise de Conteúdo. Nesse sentido, a Análise Temática de Conteúdo, desdobra-se nas etapas de pré-análise, exploração do material ou codificação e tratamento dos resultados obtidos/interpretação.

¹² Danielle Calazans é Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Coordenadora de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia.

EFEITOS DA ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL NAS CONTRATAÇÕES COM EDITORAS INTERNACIONAIS DOS CONTEÚDOS CIENTÍFICOS DO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES

Elba Jane Bastos Pereira¹³

Resumo: O problema de pesquisa é: quais os efeitos gerados nas contratações com editoras internacionais dos conteúdos científicos do Portal de Periódicos da Capes após a atuação do controle interno do Poder Executivo Federal? Serão realizados estudos e análises dos efeitos da atuação do controle nas contratações dos conteúdos científicos do Portal de Periódicos da Capes. Após denúncia externa, o Ministério Público Federal (MPU) solicitou apuração à Controladoria-Geral da União (CGU) de possíveis irregularidades em contratações realizadas no âmbito do Portal de Periódicos. A ação do controle, que iniciou em 2013 e perdura até hoje, nos contratos do Portal de Periódicos provocou mudanças significativas na Capes e nas contratações dos conteúdos científicos. Pretende-se aplicar a metodologia qualitativa e quantitativa. Para a realização do trabalho serão necessários: i) pesquisas bibliográficas sobre o controle interno, contratações no âmbito da administração pública, gestão e fiscalização de contratos; ii) análise dos relatórios e dos documentos da auditoria nas contratações com editoras internacionais de conteúdos científicos do Portal de Periódicos da Capes; iii) análise dos processos das contratações dos conteúdos científicos antes e após a atuação do controle interno; iv) entrevistas com os servidores das diretorias responsáveis pelas contratações dos conteúdos científicos, os gestores de contratos do Portal de Periódicos, os responsáveis pelo controle interno na Capes e os servidores da Controladoria-Geral da União que atuaram na auditoria das contratações dos conteúdos científicos.

¹³ Elba Jane Bastos Pereira é Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Analista em Ciência e Tecnologia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A ATUAÇÃO DO JUIZ DE DIREITO COMO PRESTADOR DE SERVIÇOS NO ATUAL CONTEXTO DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO

Elmira Arruda Morais¹⁴

Resumo: Diante de problemas sociais e familiares cada vez mais complexos, envolvendo crianças e adolescentes, de que forma o juiz de direito, representante do Poder Judiciário, poderá manter a inafastabilidade de sua função judicante e ao mesmo tempo exercer seu papel legal de juiz-líder na busca de soluções para esses problemas por meio da implementação e efetivação de políticas públicas, para dar efetividade ao Sistema de Garantias de Direitos, previsto na legislação brasileira? O trabalho visa fazer uma pesquisa na doutrina e analisar o protagonismo dos juízes de direito e sua atuação no atual modelo do Poder Judiciário Brasileiro – prestador de serviços, e especificamente daqueles que atuam nas varas da infância e juventude, diante do enfrentamento de problemas sociais e familiares cada vez mais complexos, em sua dupla função: judicante e administrativa. A metodologia qualitativa será a base para desenvolvimento do trabalho, buscando e analisando o referencial teórico para o tema, e também por meio do levantamento e análise de decisões jurisprudenciais que evidenciem as hipóteses apresentadas. A técnica de entrevista será utilizada, a qual será feita com no máximo três juízes que atuam em varas da infância e juventude, a fim de demonstrar a realidade por eles vivenciadas.

¹⁴ Elmira Arruda Morais é Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP). Atualmente, é Analista Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO).

LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: A INEFICIÊNCIA DOS PREGÕES ELETRÔNICOS NO ÂMBITO QUARTEL-GENERAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO – ESTUDO DE CASO

Ernane Ferreira Bastos¹⁵

Resumo: Atualmente, com a atualização dos valores previstos no artigo 23 da Lei 8.666/93, por meio do Decreto nº 9.412 de 18 de junho de 2018, as compras por meio de dispensa de licitação, de acordo com o inciso II do artigo 24 da Lei 8.666/93, seria dispensável a licitação, se a contratação não atingir valor de R\$ 17.600,00. Antes da edição do Decreto, este valor era de R\$ 8.000,00, o que era um limitador e que obrigava ainda mais o planejamento e contratação por meio da modalidade pregão. No entanto, de acordo com estudos apresentados pela CGU, ainda é possível melhorar e ser mais eficiente, tanto na economia efetiva, quanto na entrega da política pública à população. Assim, surge o seguinte problema de pesquisa: Como tornar os processos de aquisição, de menor vulto, mais céleres e eficientes? A pesquisa terá como metodologia estudos de natureza quantitativa e qualitativa, que terão como premissa analisar processos de aquisição ou contratação, em órgãos da Administração Pública Federal, particularmente unidades gestoras executoras do Quartel-General do Exército Brasileiro, quando utilizada a modalidade licitatória pregão eletrônico e dispensa de licitação, prevista no inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93, sempre que os valores não ultrapassem R\$ 50.000,00, considerado este valor uma referência para “pequeno vulto”.

¹⁵ Ernane Ferreira Bastos é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e, atualmente, é Gestor Financeiro do Ministério da Defesa.

O “SISTEMA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS” NAS FORÇAS ARMADAS: UM ESTUDO SOBRE A MARINHA DO BRASIL

Fabiana Pereira Macedo¹⁶

Resumo: A análise aqui proposta é a de verificar qual a efetividade dos módulos direto e agenciamento do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) comparados com as compras via agência nas Forças Armadas, em especial na Marinha do Brasil? Para tanto, examinar-se-á os entraves normativos e legais que validam o sistema e que impedem (ou atrasam) a implantação do SCDP nas Forças Armadas, com foco na Marinha do Brasil, e apresentar sugestões para que a instituição utilize o sistema, avaliando os impactos econômicos e quebras de paradigma para sua implantação. Será feita uma análise de dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e Portal da Transparência sobre gastos em passagens e diárias autorizados nas Forças Armadas, nos últimos cinco anos, devido a sua estrutura de aprovação similar à da Marinha do Brasil. Os dados serão usados para corroborar, ou não, que o SCDP, com suas regras rígidas de concessão, permite uma economia de gastos na autorização de passagens e diárias. Ressalta-se ainda que serão analisados os gastos dos últimos cinco anos na Marinha do Brasil e qual o grau de economicidade que poderá ser alcançado, caso o SCDP seja de fato implantado.

¹⁶ Fabiana Pereira Macedo é Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Oficial Superior do Corpo de Intendentes da Marinha do Brasil.

AVALIAÇÃO DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL FEDERAL POR MEIO DA TEORIA DA MUDANÇA – APRIMORAMENTO E CONTROLE SOCIAL DA POLÍTICA

Flavia Cristina Gomes de Oliveira¹⁷

Resumo: O problema a ser pesquisado pode ser formulado pelo seguinte questionamento: em que bases deverá ser operacionalizado o mecanismo da Compensação Ambiental, com vistas a promover o apoio à implantação, gestão, monitoramento e proteção das unidades de conservação, no nível federal? Parte-se da hipótese de que a avaliação teórica da compensação ambiental fornecerá as bases para a operacionalização da política, uma vez que explicitará os problemas a serem atacados, as atividades a serem implementadas e os resultados que se espera alcançar. Em linhas gerais, o estudo propõe-se a aplicar uma metodologia qualitativa de avaliação *ex ante* da compensação ambiental por meio da teoria da mudança. Para tanto, será realizada pesquisa bibliográfica e documental, com análise de legislação, normativos, publicações e materiais técnicos que tratem da compensação ambiental, bem como entrevistas com atores envolvidos na política. De modo geral, a pesquisa pode ser considerada descritivo-explicativa, por buscar explicitar e compreender as características afetas ao mecanismo da compensação ambiental, criando uma modelagem para a política; e exploratória, uma vez que não existem muitos estudos nessa área, especialmente abarcando as peculiaridades do recém-instituído Fundo de Compensação Ambiental.

¹⁷ Flavia Cristina Gomes de Oliveira é Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Coordenadora Geral de Planejamento e Orçamento do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

REDES SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA PERSPECTIVA PARA MONITORAMENTO DO PROGRAMA PIBID

Inaê Murrieta Costa¹⁸

Resumo: Em 2016, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) vivenciou um momento crítico. Chamou a atenção a forma como as redes sociais foram utilizadas. Twitter e Facebook se tornaram o principal mecanismo de mobilização em torno da crise que o programa passava. Possivelmente, foi fator determinante nas decisões que os gestores à época tomaram. Em 2017, um relatório interno de impacto do programa (CAPES, 2017) ficou demonstrado que a coordenação deve investir em novos mecanismos de monitoramento e acompanhamento do programa. Em 2018, foi implementado o Edital 07/2018, e a coordenação iniciou a construção da Plataforma Freire, que abriu novas possibilidades em relação à coleta de dados e realização de monitoramento e acompanhamento das atividades do programa. Acompanhar e monitorar o PIBID é premente para garantir a sua continuidade e, principalmente, sua adequação para gerar melhores resultados para seu público. A partir do apresentado, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: como realizar o monitoramento das redes sociais com objetivo de monitorar a execução do PIBID, gerando insumos para as decisões dos gestores do programa? Os métodos de pesquisa que parecem adequados para o alcance dos objetivos propostos são qualitativos e quantitativos. O qualitativo visa refletir sobre os temas das redes sociais e do monitoramento de políticas públicas, buscando criar uma problemática em torno das duas. O quantitativo será essencial para averiguar se há pertinência na análise proposta, uma vez que é necessário comprovar que o público alvo do programa PIBID utiliza as redes sociais. Também será pertinente a aplicação de questionários aos usuários do programa, de forma a identificar contextos específicos da pesquisa.

¹⁸ Inaê Murrieta Costa é Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Coordenadora de Valorização da Formação Docente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA: ATUAÇÃO PARLAMENTAR NOS PL'S RELACIONADOS À INDÚSTRIA DE ÓLEO E GÁS E SUA CORRELAÇÃO COM AS PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS APÓS OS MARCOS REGULATÓRIO DA LEI DO PETRÓLEO (1997) E DO PRÉ-SAL (2010)

João Lima Romeiro¹⁹

Resumo: Nas últimas três décadas aconteceram mudanças regulatórias importantes relacionadas ao setor de petróleo e gás natural. A Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados é a principal protagonista do Congresso Nacional para discussão desse tema. O estudo será norteado pela origem e a formação dessa comissão correlacionando com o perfil dos parlamentares que atuam com o tema de petróleo e gás, mapeando sua atuação considerando a distribuição de participações governamentais após os dois principais marcos regulatórios: Lei do Petróleo (1997) e novo marco regulatório do pré-sal (2010). A estratégia de investigação proposta nesse projeto consiste, inicialmente, em uma profunda revisão bibliográfica. Será realizada uma pesquisa qualitativa que possibilite uma análise crítica sobre o comportamento parlamentar quando tratar do tema petróleo e gás natural focando na Comissão de Minas e Energia. Além disso, para fins de análise de dados, pretende-se utilizar o modelo denominado de diferenças em diferenças, tomando por base dois eventos exógenos para avaliar se houve mudança na composição e atuação dos parlamentares na Comissão de Minas e Energia. Os dois eventos considerados serão: a) a nova Lei do Petróleo (1997) e b) o novo marco regulatório do pré-sal (2010). Como grupo de tratamento utilizaremos os grupos de parlamentares dos estados que recebem royalties e o grupo de controle serão os parlamentares dos estados que não recebem royalties. A base de dados utilizadas nessa pesquisa se refere ao período de 1991 a 2018. Por fim, será realizado entrevistas com alguns dos atores (legislativo e executivo) que participaram da regulação do setor seguindo um roteiro pré-elaborado.

¹⁹ João Lima Romeiro é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Gerente Geral do Escritório da Petrobras em Brasília.

QUAL O MODELO DE GOVERNANÇA ADOTADO PELA SUBSECRETARIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL?

José Luiz Marques Barreto²⁰

Resumo: O Governo do Distrito Federal publicou o Decreto nº 39.710, de 12 de março de 2019. O presente decreto dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal. Na estrutura da Secretaria de Segurança Pública está a Subsecretaria do Sistema Penitenciário (SESIPE), órgão responsável pela administração do sistema penitenciário do DF. A SESIPE possui as seguintes competências: coordenação e acompanhamento da fiel aplicação das normas de execução penal, zelando pelo cumprimento das determinações provenientes da Vara de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; expedição de normas, estabelecendo a uniformização dos procedimentos das unidades que lhe são subordinadas; coordenação das atividades de escolta, manutenção da disciplina, investigação e controle de internos. Sendo que atualmente a SESIPE administra seis unidades prisionais. O problema de pesquisa que se apresenta versa sobre qual o modelo de governança adotado no âmbito da SESIPE, na gestão dos presídios do Distrito Federal, à luz do Decreto nº 39.736, de 28 de março de 2019. Operacionalmente, a pesquisa consistirá em um estudo de caso com múltiplas fontes de dados, entre as quais destaca-se as entrevistas semiestruturadas, no âmbito do sistema prisional do DF.

²⁰ José Luiz Marques Barreto é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Contador Geral Adjunto da Secretaria de Economia do Distrito Federal.

PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE UMA NOVA ESTRUTURA DE PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PARA O SISTEMA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO EXÉRCITO (SISTEx)

Josinaldo da Silva Barros²¹

Resumo: O planejamento orçamentário é, como todo planejamento deve ser, peça indispensável para a realização e o alcance dos objetivos pretendidos, deve apresentar objetivos viáveis e estes, à princípio, não deveriam ser modificados, são mais rígidos. Contudo, o caminho para o alcance desses objetivos pode ser flexível e decorre das situações imprevistas ou dos fatores não controláveis. A complexa estrutura do Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), possui ferramentas e mecanismos internos de planejamento orçamentário que o senso comum aponta como ineficientes, haja vista as constantes e recorrentes solicitações de mudança de rumos, sem que fatores internos ou externos, significativos, apontem para tal necessidade. No ano de 2018, foi constatado que uma determinada Organização Militar Diretamente Subordinada (OMDS) do Departamento demandou alterações, todas justificadas e devidamente autorizadas pelo DCT, em aproximadamente 160% das aquisições ou contratações inicialmente pretendidas e registradas no planejamento inicial do ano anterior, fato que chamou a atenção para uma possível deficiência no modelo atualmente vigente. O que acaba por gerar, além de todos os problemas burocráticos inerentes à um alto volume de alterações, um baixo desempenho, especificamente nos indicadores referentes aos níveis de Empenho das ações orçamentárias do Departamento, contribuindo negativamente para que o DCT consiga atingir as metas e diretrizes orçamentárias e financeiras estabelecidas pelo Comando do Exército. Diante do cenário apresentado, de que maneira o DCT poderia gerir, de forma efetiva, transparente, e racional, as contratações públicas realizadas em prol do Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército (SISTEx)? O presente trabalho será desenvolvido por meio de coleta de dados extraída da Lei Orçamentária Anual (LOA), do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo (SIOP), do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), do Tesouro Gerencial, do Sistema de Notas de Créditos (SISNC), desenvolvido e mantido pelo DCT, dentre outras ferramentas de informações, desta forma, os números serão analisados e classificados. Tendo como objetivo gerar conhecimento para a solução de um problema prático e específico do SISTEx, quanto a natureza, podemos classificá-la como uma Pesquisa Aplicada.

²¹ Josinaldo da Silva Barros é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Oficial de Carreira (Seção Orçamentária) do Exército Brasileiro.

OS IMPACTOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA REESTRUTURAÇÃO DE SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS: ORIENTAÇÃO Nº 7 DO CNJ DE 07 DE NOVEMBRO DE 2018

Larissa Prado Santana²²

Resumo: O problema de pesquisa é a análise da criação e distribuição dos cartórios diante da ausência de estudos prévios de viabilidade da instalação e divisão das competências cartorárias considerando a Orientação nº 7 do Conselho Nacional de Justiça que reflete um problema a nível nacional. A norma analisada dispõe sobre a reestruturação periódica das serventias extrajudiciais vagas diante da competência de fiscalização e normatização do Poder Judiciário. Uma das hipóteses da pesquisa é a de que o modelo atual sem prévios critérios objetivos de criação e distribuição de serventias extrajudiciais criam inúmeras serventias deficitárias, geram uma má divisão das competências registras e notariais, ocasionam concentração de renda e resultam em ineficiência do serviço prestado à população. Para realização da pesquisa pretende-se a utilização de metodologia pautada no estudo da legislação, precedentes jurisprudenciais acerca do tema e soluções estratégicas para combater a inexistência de critérios objetivos uniformes na reestruturação das serventias extrajudiciais.

²² Larissa Prado Santana é Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e, atualmente, é Tabeliã do Cartório de Capanema/PA (2º Ofício).

ADVOCACIA PÚBLICA E A ORIENTAÇÃO JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Lília Almeida Sousa²³

Resumo: Esta pesquisa busca responder ao seguinte problema de pesquisa: como viabilizar a atuação proativa da Advocacia Pública Distrital, com o fim de melhorar a defesa judicial, reduzir a judicialização e colaborar com o controle interno? Assim, visa-se criar procedimento que institucionalize uma atuação mais proativa da Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF), a fim de que identifique problemas públicas por meio da análise das demandas judiciais e encaminhe orientações à Administração Pública, com o fito de reduzir a judicialização e /ou melhorar a defesa judicial. O trabalho será desenvolvido por meio de pesquisa exploratória, mormente pesquisa bibliográfica sobre inovação no serviço público, funções da Advocacia Pública e análise de casos judiciais enfrentados pela PGDF. Os casos concretos relativos às ações judiciais nas quais a PGDF atuou, têm como objeto a prestação de serviços públicos e direitos de servidores públicos, os quais costumam gerar demandas de massa. Além disso, por meio de estudo de caso, utilizando entrevistas, questionários e análise documental, serão realizados levantamentos de dados sobre classificação e quantificação de ações judiciais pela PGDF, bem como analisar-se-á o desenho institucional da PGDF, para identificar se há estrutura burocrática adequada para o encaminhamento de orientações e projetos aos demais órgãos/entidades, e de desenhos institucionais de outras procuradorias, para comparação.

²³ Lília Almeida Sousa é Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Procuradora Coordenadora do Núcleo de Ações de Saúde da Procuradoria Geral do Distrito Federal (PGDF).

BENCHMARKING COMO BASE PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO DA ATUAÇÃO DO INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA EM PREFEITURAS MARANHENSES

Liviomar Macatrão Pires Costa²⁴

Resumo: O propósito do estudo é refletir sobre a importância do uso de *benchmarking* para a formulação de novas políticas públicas e a sistematização das informações coletadas, resultando assim em um diferencial competitivo. Por se tratar de um tema bastante amplo, o estudo será realizado no Instituto Teotônio Vilela, fundação partidária do PSDB (Partido Social da Democracia Brasileira) e nos municípios maranhenses geridos por prefeitos do partido. Com a proposta de estabelecer uma modelagem para uso do *benchmarking* na avaliação de políticas públicas brasileiras que possam servir de referência e sistematizar os conhecimentos obtidos para disponibilizar no PSDB como suporte para as novas lideranças do partido, desenvolve-se um trabalho de pesquisa que selecione alguns programas, avalie seus impactos e realize-se em campo, por meio de uma metodologia pré-estabelecida, *benchmarking* das boas práticas selecionadas e bem avaliadas nas cidades maranhenses, assim como analisa-se as proposições de políticas públicas de fundações partidárias de outros partidos no Maranhão. Será utilizada a metodologia mista pois adotará aspectos de quali e de quantitativa, quando usar o *benchmarking* nos municípios. A princípio, será elaborado um questionário de perguntas fechadas e abertas e enviado de forma digital para as fundações partidárias de outros partidos com o objetivo de saber quais os programas que elas dedicam a orientar os gestores do partido na implementação de políticas públicas. Um segundo questionário será enviado a prefeitos maranhenses do PSDB com o escopo de identificar suas principais iniciativas. Este questionário visa obter os principais planos, programas e ações públicas, que somados a pesquisa documental interna e externa ajudará na etapa seguinte que consiste em, diante do material obtido, sistematizar as experiências e a avaliação de impacto das selecionadas.

²⁴ Liviomar Macatrão Pires Costa é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e, atualmente, Assessor do Senado Federal.

DESAFIOS NA GESTÃO DA EXECUÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS DA BASE ADMINISTRATIVA DO COMANDO DE COMUNICAÇÕES E GUERRA ELETRÔNICA DO EXÉRCITO

Luciano Alves de Oliveira²⁵

Resumo: O objetivo da pesquisa é investigar em que medida a Base Administrativa do Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército estabelece padrões e procedimentos de fiscalização de contratos, sendo que é detentora de inúmeros e diversificados objetos contratados? Preliminarmente será levantada a documentação básica prevista nas legislações que regulam a temática, acrescida da doutrina e jurisprudência do TCU, CGU, AGU para realizar o registro da fiscalização contratual. Utilizando-se de ferramentas de Governança e Gestão na execução contratual, será levantado pontualmente quesitos no tocante a questão procedimental da fiscalização contratual. Em complemento será avaliado o perfil do servidor designado para a função de fiscal de contratos, as competências necessárias para a realização dos trabalhos e a necessidade de capacitação. De posse das informações mencionadas será realizada uma pesquisa de campo na Base Administrativa do Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército, analisando 60 (sessenta) contratos e colocando seus respectivos fiscais para responderem um questionário com os quesitos preestabelecidos. Para obter as informações necessárias para desenvolver a pesquisa em tela será utilizada a pesquisa de campo, documental e bibliográfica. Importante destacar que terá ainda como fim, buscar soluções práticas para sanar problemas concretos.

²⁵ Luciano Alves de Oliveira é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Assessor Jurídico da Base Administrativa do Centro de Comunicações de Guerra Eletrônica do Exército.

AS EMENDAS PARLAMENTARES COMO INSTRUMENTO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA URBANA NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS

Luiz Cesar Barbosa Lopes²⁶

Resumo: O problema de pesquisa consubstancia-se na seguinte pergunta: as emendas parlamentares se mostraram eficientes na alocação de recursos na infraestrutura urbana dos municípios do Estado de Goiás contemplados nos anos de 2014 a 2018 e influenciaram o índice de desenvolvimento humano municipal? Para compreender a relevância da infraestrutura urbana para os municípios, se mostra necessário conhecer o grau de eficiência dos investimentos na área de infraestrutura urbana nos municípios do Estado de Goiás decorrentes das emendas parlamentares e a influência destas no índice de desenvolvimento humano municipal. O desenvolvimento da presente pesquisa demandará a adoção de uma estratégia inicial de pesquisa documental de informações referentes às emendas parlamentares apresentadas pelos Deputados Federais representantes do Estado de Goiás no período de 2014 a 2018. As informações terão como fonte sítios de órgãos governamentais e portais de transparência, tais como o <http://www.transferenciasabertas.planejamento.gov.br>, além de relatórios que serão objeto de solicitação ao órgão responsável pela consultoria orçamentária da Câmara dos Deputados, a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (CONOF). Ademais, dentre os procedimentos para a realização da pesquisa descritiva serão adotados a aplicação de formulários de entrevistas, bem como análise documental, com possibilidade de aplicação de questionários.

²⁶ Luiz Cesar Barbosa Lopes é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e, atualmente, é Membro da Comissão de Direito Criminal da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás (OAB/GO).

A DESPESA COM PESSOAL E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: UM ESTUDO SOBRE O CONTROLE DE GASTOS NAS 10 MAIORES PREFEITURAS DO AMAZONAS

Marco Antonio Andrade Castilhos Filho²⁷

Resumo: O problema da pesquisa norteia-se pela seguinte indagação: como os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) contribuíram para uma gestão fiscal responsável dos recursos aplicados na despesa com pessoal nas 10 maiores prefeituras do Amazonas durante o período de crise econômica no país? Levando em consideração a LRF e a representatividade dos gastos com pessoal na Administração Pública, o presente projeto de pesquisa tem o objetivo de averiguar se as regras restritivas da LRF quanto à despesa com pessoal contribuíram para uma gestão fiscal responsável e saudável nas 10 prefeituras dos municípios do Amazonas com maior Produto Interno Bruto (PIB), no período de 2009 a 2018. A pesquisa será qualitativa e quantitativa, tendo em vista que será realizado uma análise na composição de gastos das Prefeituras e os números relacionados a receita e a despesa de cada ente, como também uma análise do controle realizado pelos gestores municipais com base na LRF. Dessa forma, será realizado um estudo bibliográfico e documental dos dados expostos nos Portais de Transparência dos Municípios, Portal de Transparência do Governo do Estado e do Tesouro Nacional.

²⁷ Marco Antonio Andrade Castilhos Filho é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Secretário Municipal da Prefeitura Municipal de Coari/AM.

A GESTÃO DE RISCOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL: UM ESTUDO DE CASO

Maria Ester Lessa Brandão Nogueira de Oliveira Moraes²⁸

Resumo: Por meio do Decreto nº 37.302/2016, o Governo do Distrito Federal estabeleceu os modelos de boas práticas gerenciais em Gestão de Riscos e Controle Interno a serem adotados no âmbito da Administração Pública distrital, sob orientação do Órgão Central de Controle Interno, a Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF). O modelo adotado no âmbito distrital é a norma internacional ISO 31000 – Gestão de Riscos – Princípios e Diretrizes, publicada no Brasil pela ABNT (Associação Brasileira de Normas e Técnicas), versão 2009, atualizada em 2018, mundialmente reconhecida no que se refere à diretrizes sobre o tema, aplicada ao setor público. Desde então, a Política de Gestão de Riscos foi instituída em doze órgãos da administração direta distrital e em sete entidades da administração indireta. Desse modo, a partir das diretrizes traçadas na Política de Gestão de Riscos do governo distrital e, tendo em vista os relatórios de Auditoria Baseada em Riscos, o presente trabalho propõe elucidar a seguinte questão: quais causas distinguem os resultados alcançados pela Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (SEAGRI) e pela Companhia do Metropolitan (Metrô-DF) e Fundação Hemocentro de Brasília (FHB) em razão da adoção das boas práticas gerenciais nas atividades de gestão de riscos e controle interno? Para o desenvolvimento do presente trabalho será feita uma análise documental acerca da implementação da Política de Gestão de Risco no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, sob a coordenação da CGDF. Especificamente, serão examinados os Relatórios de Auditoria Baseado em Risco elaborados pela CGDF atinentes à instituição do sistema de gerenciamento de riscos na SEAGRI, Metrô-DF e FHB, a fim de averiguar a evolução deste processo. De modo a aprofundar a análise sobre a atuação da CGDF na implantação dessa política, pretende-se entrevistar os gestores deste órgão, envolvidos com a temática. Por fim, de maneira a melhor avaliar as causas que distinguem os resultados alcançados com a execução da referida política nos órgãos mencionados acima (SEAGRI, no Metrô/DF e na FHB), pretende-se entrevistar os gestores destas organizações.

²⁸ Maria Ester Lessa Brandão Nogueira de Oliveira Moraes é Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Assessor Chefe do Gabinete da Primeira Procuradoria do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).

CLIMA, CULTURA & QVT, FATORES QUE IMPACTAM NO DESEMPENHO E ALTA PERFORMANCE DA GESTÃO PÚBLICA – ESTUDO DE CASO DE UMA EMPRESA ESTATAL FEDERAL

Maurício Pereira Malta²⁹

Resumo: Estudar as variáveis que compõem o comportamento organizacional precisa ser uma atribuição permanente de uma moderna gestão pública ou privada. O clima organizacional é uma dessas variáveis, assim como cultura, qualidade de vida (intra e extra trabalho), cidadania organizacional, suporte, estresse, comprometimento, satisfação, motivação, entre muitas outras, e que ganhou notoriedade nos últimos 30 anos, sobretudo pelo seu uso em processos de consultoria para explicar como as percepções sobre relações interpessoais geravam impacto no desempenho organizacional. Para esta avaliação optou-se por uma visão ampla do Clima, identificando também algumas atitudes correlatas relacionadas ao estresse ocupacional, suporte material, saúde e qualidade de vida extratrabalho. Sob o escopo de um estudo de caso único, de uma estatal federal, a presente pesquisa pretende, mesmo a despeito dos conceitos já elencado e que serão analisados e nortearão toda a pesquisa, buscará ainda, uma resposta ao questionamento sobre a real possibilidade de implementação de uma nova identidade e modelo de gestão pública capaz de unir, ambiente de trabalho adequado, QVT, desenvolvimento e alto desempenho no serviço público. Está pesquisa nutre ainda, a expectativa de entender e identificar aspectos associados aos níveis organizacional, gerencial e individual da organização na administração pública que influenciam o processo e os resultados dos desempenhos. Especificamente, constrói-se um instrumento de coleta de dados capaz de identificar a percepção relativa a aspectos que influenciam o desempenho, a compreensão da tarefa/missão; levantamento das percepções dos profissionais e análise de variabilidade dos dados em função de características pessoais e profissionais; e análise da relação existente entre os aspectos identificados. Para efeitos de delimitação do campo de pesquisa, focaremos o estudo, no período que compreende, entre janeiro de 2017 a dezembro de 2018. A metodologia pretendida em um primeiro momento, será uma pesquisa qualitativa, descritiva, sob o escopo de um estudo de caso único, sem, contudo, perder de vista, que em alguns aspectos se fará necessário avaliações quantitativas. Consulta a base de dados, do TCU referente as avaliações nos anos 2015 e 2016, no que tange às aferições do desempenho da gestão da instituição, para que se tenha um norte de como se movimentou o comportamento de gestão no período sugerido do estudo.

²⁹ Maurício Pereira Malta é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Diretor de Gestão da Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

INOVAÇÃO EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: ESTUDO DO PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PAIC)

Michelle Góis Gadelha Dias³⁰

Resumo: A pesquisa tem o seguinte problema de pesquisa: como o modelo inovador do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) pode contribuir para o sucesso em programas educacionais no Brasil? Será realizada como técnica a pesquisa documental em sítios contendo dados para verificação do ciclo da política pública e como a inovação se deu nesses dez anos 2008 a 2018 de programa. Para verificar o retrato das políticas educacionais no Brasil entre 2008 e 2018 serão utilizados Relatórios Econômicos OCDE, indicadores da Política Nacional de Educação (PNE), do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e do Programa de Alfabetização da Idade Certa (PAIC). Ao final, será verificado se há viabilidade a proposição de um desenho ou um roteiro que valha para qualquer política educacional voltada à alfabetização no Brasil, por meio de *Design Thinking* e/ou outras metodologias de projetos que eventualmente propiciem essa sugestão de desenho/roteiro.

³⁰ Michelle Góis Gadelha Dias é Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Analista de Gestão do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

ANÁLISE DA REPERCUSSÃO DO JULGAMENTO DAS AÇÕES DE IMPROBIDADE DENTRO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS

Mizzi Gomes Gedeon³¹

Resumo: O problema de pesquisa é: em que medida as crescentes condenações por improbidade administrativa no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão têm modulado a rotina dos gestores públicos nos últimos dez anos? Trata-se, portanto, de verificar como o aumento das condenações por improbidade administrativa, dentro da competência do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ-MA), podem alterar positivamente as rotinas dos agentes públicos municipais. Assim, busca-se levantar dados jurisprudenciais do TJ-MA sobre quantitativos de condenações por improbidade: causas e efeitos, bem como identificar práticas internas adotadas pelos gestores municipais para evitar tais condenações. O estudo utiliza-se de metodologia mista, considerando que envolverá tanto pesquisa bibliográfica (qualitativa), bem como análise de estatística acerca das decisões da área de improbidade administrativa, dentro da jurisdição do Estado do Maranhão.

³¹ Mizzi Gomes Gedeon é Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Subprocuradora da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.

O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL COMO UM IMPORTANTE INSTRUMENTO DE GESTÃO: UMA AUTOAVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto³²

Resumo: O Planejamento Estratégico Situacional (PES) contribuiu de maneira positiva para a melhoria das práticas gerenciais, no âmbito do Ministério Público do Estado do Acre? Essa pergunta norteia a presente pesquisa. Assim, discute-se a importância do PES para as práticas gerenciais e os resultados de sua aplicação, a partir da experiência vivenciada no âmbito do Ministério Público do Estado do Acre. A presente pesquisa consistirá em um estudo de natureza quali-quantitativa, uma vez que se buscará entender o seu objeto, por meio de dados que buscam refletir sobre a realidade do fenômeno pesquisado. O delineamento adotado na pesquisa tem natureza descritiva e correlacional, com a utilização de bases estatísticas para melhor definir e avaliar as variáveis estudadas. Para obter a maior percepção, será utilizado como método de investigação um estudo de caso, delimitado à experiência vivenciada pelo Ministério Público do Estado do Acre, com a implantação do Planejamento Estratégico Situacional, no período compreendido entre janeiro de 2014 e janeiro de 2018, interstício que corresponde à aplicação do referido modelo de planejamento na Instituição. Por oportuno, proceder-se-á a uma coleta de dados, através de levantamento ou *survey*, operacionalizada por meio da aplicação de questionários e entrevistas com servidores e membros do Ministério Público do Estado do Acre, pertencentes a quatro grupos específicos, a saber: apoio técnico-operacional, administração-suporte operacional, gestão e apoio às atividades ministeriais (finalísticas), a fim de se avaliar os diversos elementos de sucesso e fracasso na aplicação do Planejamento Estratégico Situacional no âmbito do Ministério Público do Estado do Acre.

³² Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Procurador-Geral Adjunto do Ministério Público do Estado do Acre.

IMPACTOS E PERSPECTIVAS DO NOVO REGIME FISCAL NO ORÇAMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Paula Ramalho Nóbrega Sant'Ana³³

Resumo: Este trabalho tem a seguinte questão de pesquisa: Quais os impactos e as perspectivas da implantação do Novo Regime Fiscal no orçamento de despesas obrigatórias e discricionárias do Superior Tribunal de Justiça? A metodologia que será utilizada é: qualitativa – quantitativa. A técnica utilizada na pesquisa qualitativa para a coleta de dados é a pesquisa documental: pré-análise (organização do material), descrição analítica dos dados (codificação, classificação e categorização) e interpretação referencial (tratamento e reflexão). Os documentos analisados serão Estudos Técnicos e Científicos sobre o tema, as legislações financeiras que impactam a temática, bem como, os documentos gerados durante a discussão da PEC 241/2016 na Câmara dos Deputados. Por conseguinte, serão analisados os dados orçamentários do STJ por meio da construção de séries históricas de execução orçamentária, bem como, a projeção de tendências futuras com a criação de gráficos e a verificação de cenários prospectivos.

³³ Paula Ramalho Nóbrega Sant'Ana é Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Chefe de Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

OS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DE DEFESA A PARTIR DO NOVO REGIME FISCAL IMPLEMENTADO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95/2016: UM ESTUDO DE CASO NO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS (SISFRON) DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Pedro Artur Leite Rodriguez³⁴

Resumo: A presente pesquisa tem o objetivo de abordar os impactos da restrição orçamentária imposta ao Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) e agravada com os efeitos do Novo Regime Fiscal, e ainda se propõe a buscar alternativas para melhorar a gestão orçamentária e financeira do programa na busca em viabilizar a continuidade de um programa que emprega vultuosos recursos do Tesouro Nacional. Vale ainda ressaltar que o SISFRON desenvolve uma política de segurança social na região das fronteiras do país, para tanto é preciso que haja a propositura de ações que possam melhorar o planejamento e a execução orçamentária. A real capacidade de alocação de recursos por parte da União, a partir, especialmente, das limitações impostas pela EC 95/2016, pode gerar até mesmo a descontinuidade do programa SISFRON, ou sua inviabilidade financeira de expansão para as fronteiras Amazônica e do Sul do país. Quanto à natureza da pesquisa, pode-se caracterizá-la como descritiva, pois serão realizadas coletas de dados, através de documentos, leis, portarias, publicações, artigos, trabalhos científicos, e levantamentos orçamentários em Sistemas Governamentais, que possibilitem a realização de uma análise crítica qualitativa dos dados, e logo após pretende-se discutir fatores que poderão impactar no planejamento e na execução orçamentário do programa SISFRON, principalmente fazendo uma prospecção das consequências do Novo Regime Fiscal da EC 95/2016, e para complementar o estudo pretende-se levantar dados de autoridades responsáveis pelo planejamento e controle orçamentário do programa através da técnica de entrevista. As entrevistas que esse pesquisador pretende realizar é com os principais atores relacionados ao planejamento e controle orçamentário do SISFRON, tais como: o gerente do programa, o gestor do contrato, a pessoa responsável pelo orçamento dos Programas Estratégicos no Estado Maior do Exército, e outros que participarem ativamente desse processo poderão ser entrevistados.

³⁴ Pedro Artur Leite Rodriguez é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP). Atualmente, é Encarregado do Setor Financeiro da Base Administrativa do Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército.

ABSENTEÍSMO POR LICENÇA MÉDICA EM SERVIDORES DE UMA FUNDAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Raquel de Assis Mayrink³⁵

Resumo: O tema do presente trabalho é absenteísmo. O trabalho busca responder ao seguinte problema de pesquisa: qual é o perfil dos afastamentos por motivo de saúde da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (Capes)? O objetivo geral do estudo é analisar o perfil do absenteísmo por motivo de doença na Capes no período de 2014 a 2018. O presente estudo se justifica por tratar de um tema que causa diversos tipos de prejuízo à administração pública. Entender o fenômeno do absenteísmo é fundamental para a prevenção e redução dos casos de afastamento de servidores por motivo de saúde. Estudar o absenteísmo é um passo importante para que ele possa ser contemplado em políticas públicas de promoção da saúde no serviço público. O estudo terá uma abordagem quantitativa. A população de estudo é formada pelos servidores públicos civis federais da administração federal vinculados à Capes em cada ano que será analisado no trabalho. O período considerado na pesquisa vai de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2018. Os dados dos afastamentos por motivo de saúde serão coletados a partir de consulta nos registros presentes no SIAPEnet e no SIASS. Será feita uma comparação entre os resultados encontrados em cada ano abarcado pelo estudo. Também será avaliado o impacto que o absenteísmo provoca no desempenho de cada diretoria da Capes. Será analisado o programa de qualidade de vida de organizações públicas que adotem ações para reduzir o número de casos de absenteísmo por motivo de saúde. A partir da análise desses programas de qualidade de vida e do perfil dos afastamentos por motivo de saúde na Capes, será possível propor ações e políticas que possam contribuir para a redução do absenteísmo por motivo de saúde na Capes.

³⁵ Raquel de Assis Mayrink é Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Analista em Ciência e Tecnologia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

ANÁLISE DA GESTÃO DO FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL (FDCA/DF) NO DECÊNIO DE 2010 A 2019

Robson Ribeiro³⁶

Resumo: A questão fundamental da presente pesquisa é: a gestão do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal está, efetivamente, utilizando toda sua capacidade orçamentária para fomentar e promover políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente no âmbito do Distrito Federal? A pesquisa privilegia a metodologia mista, ou seja, aplicar ambos os métodos de pesquisa, uma combinação qualitativa e quantitativa. Isso significa que a dissertação utilizará o método qualitativo para conceituar, descrever, compreender e interpretar os dados sistematizados da coleta empírica, que será feita através da análise documental. Além disso, a metodologia quantitativa buscará demonstrar as variáveis em forma de números e valores dos dados coletados e analisados durante a pesquisa: a) qualitativa: análise da legislação histórica e atual de criação, administração, gestão e funcionamento do Fundo, bem como a utilização de histórico, conceitos e planejamento estratégico de origem bibliográfica; e b) quantitativa: análise orçamentária do Fundo, desde a origem das receitas até a utilização junto às Organizações da Sociedade Civil.

³⁶ Robson Ribeiro é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

DOS MECANISMOS DE COMBATE A CORRUPÇÃO EM CONTRATOS DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA CELEBRADOS PARA A COPA DO MUNDO FIFA – BRASIL - 2014

Rodrigo Abreu Ferreira³⁷

Resumo: A partir de uma análise das etapas de contratação, gestão, execução e conclusão na modalidade Parceria Público Privada, para implementação da infraestrutura dos Estádios para a realização da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, é possível afirmar que os mecanismos de combate à corrupção, representados pelo controle parlamentar, controle de procedimento, controle externo e o controle social, são suficientes e eficazes neste tipo de modalidade de contratação? A presente pesquisa analisará o Contrato de Parceria Pública Privada como meio efetivo de Governança nas obras de infraestrutura de reforma do Estádio do Mineirão para Copa do Mundo Fifa 2014, e sobre os instrumentos e procedimentos de prevenção e controle da corrupção, previstos em lei, apresentando possíveis falhas e melhorias. O método utilizado para o fim proposto será o indutivo, pois, uma vez feita uma contextualização sobre o instituto das Parcerias Público Privadas (PPP), será feita análise acima abordada, e sobre os instrumentos de aferição e prevenção de ilegalidades neles havidos, para, a partir daí, traçar-se um panorama geral sobre sua eficiência, e os eventuais pontos que devem ser objeto de melhoria. No que concerne ao tipo de investigação, far-se-á uso do tipo propositiva, uma vez que almeja propor mudanças nos mecanismos de controle da corrupção, de acordo com as vicissitudes legais e práticas, eventualmente extraídas.

³⁷ Rodrigo Abreu Ferreira é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Sócio Proprietário da Tavares e Ferreira Advogados Associados.

A GOVERNANÇA PARA A GESTÃO DOS EFEITOS DO DESASTRE EM MARIANA

Romeu Mendes do Carmo³⁸

Resumo: Considerado por muitos especialistas como o maior desastre ambiental da história do Brasil, a “tragédia de Mariana”, gerou estragos imensuráveis afetando sobremaneira as comunidades da região, aniquilando vidas humanas, contaminando rios e impactando florestas, denotando-se danos causados ao meio ambiente e às comunidades e populações atingidas que são indeterminados, imprevisíveis e intangíveis. Com esse diapasão, nasce a questão norteadora do presente estudo: “Qual foi a governança socioambiental interfederativa em resposta ao desastre de Mariana?”. Os métodos a serem utilizados serão: pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo. Esse estudo também adotará uma metodologia qualitativa por meio de estudo de caso, a fim de estudar o problema no seu ambiente: como eles ocorrem naturalmente sem a manipulação do pesquisador. Esses levantamentos serão mapeados através de questionários, identificando os fatos a serem apontados na fundamentação teórica e validados através de entrevistas com os stakeholders que permitam analisar o comportamento da governança socioambiental interfederativa adotada em resposta ao desastre de Mariana.

³⁸ Romeu Mendes do Carmo é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e, atualmente, é Diretor de Administração do Ministério do Desenvolvimento Regional.

EFEITOS DA REGULAMENTAÇÃO DE COMPARTILHAMENTO DE POSTES DE ENERGIA ELÉTRICA POR PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES NO PERÍODO 2014-2018

Ronaldo Neves de Moura Filho³⁹

Resumo: O objetivo geral do projeto é o de apresentar diagnóstico acerca do nexos causal entre a regulação conjunta de compartilhamento de postes de energia elétrica por prestadoras de serviços de telecomunicações no Brasil, no período 2014-2018, e o atual cenário de desordem na ocupação dessas infraestruturas com efeitos negativos. Estima-se que o atingimento desse objetivo possa representar contribuição para os futuros aprimoramentos da atividade regulatória da Anatel e da Aneel. O problema de pesquisa posto vem a ser (i) a identificação do cenário de ocupação dos postes de energia elétrica por infraestruturas de prestadoras de telecomunicações como o do fenômeno econômico de tragédia dos comuns; e (ii) o diagnóstico das causas de insucesso da atuação das Agências reguladoras setoriais em reverter um cenário de desorganização que resulta em: a) baixa qualidade e altos preços para os consumidores dos serviços de telecomunicações e de energia elétrica; b) risco da segurança dos indivíduos; c) efeitos paisagísticos e urbanísticos negativos; e) limitação da competição no mercado de telecomunicações. Os resultados do exame do problema, considerado o período 2014-2018, podem efetivamente constituir insumo para aprimorar a regulação conjunta. A metodologia de pesquisa a ser empregada corresponderá ao estudo de caso, a partir de uma abordagem predominantemente qualitativa, muito embora venham a ser adotadas, para alguns tópicos, análises quantitativas. Em síntese, tal escolha se faz por se ter como escopo a explicação de variáveis causais do fenômeno estudado (ocupação desordenada de postes) que, por ser extremamente complexo, não possibilita lançar mão de experimentos.

³⁹ Ronaldo Neves de Moura Filho é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações/Assessor Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

ESTUDO DE CASO DO IHBDF - INSTITUTO HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL: MECANISMOS DE CONTROLE DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

Roosevelt Vilela Pires⁴⁰

Resumo: Esse trabalho se propõe a responder se os mecanismos administrativos de controle atuais são suficientes para minimizar desvios de recursos públicos destinados às entidades sem fins lucrativos na área de saúde, tendo como estudo de caso o Instituto Hospital de Base do Distrito Federal. Busca-se analisar e comparar o modelo de gestão na saúde realizado pelo próprio Estado e o modelo de gestão por meio de delegação ao IHBDF, de modo a verificar se o modelo implementado é eficiente no controle dos recursos públicos. A hipótese de pesquisa trabalho visa provar que os mecanismos de gestão de saúde no Distrito Federal por meio do Instituto Hospital de Base do Distrito Federal são eficientes no que tange o controle e aplicação dos recursos públicos transferidos ao Instituto. O trabalho será fundamentado em estudo de caso sobre a forma de gestão no Instituto Hospital de Base e sua metodologia será: análise documental, entrevista com colaboradores e gestores do IHBDF e de outros modelos de gestão semelhantes, levantamento quantitativo (coleta de dados e tabulação comparativa entre modelos de gestão realizados no Instituto Hospital de Base, tendo como parâmetro os dados do ano de 2018; os dados da antiga gestão do Hospital de Base serão coletados a partir de 2016) e, por fim, a partir dos dados coletados e tabulados, realizar-se-á comparação e análise entre os dois modelos de gestão.

⁴⁰ Roosevelt Vilela Pires é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e, atualmente, é Deputado Distrital na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

PNAE: UMA ANÁLISE DAS POSSIBILIDADES, LIMITES E DESAFIOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE PALMEIRAS DE GOIÁS-GO

Samuel Marques de Freitas⁴¹

Resumo: Esta pesquisa visa investigar quais são as possibilidades, limites e desafios na gestão dos recursos do PNAE na compra de alimentos da agricultura familiar no município de Palmeiras de Goiás, no período de 2014 a 2018. Este estudo apresentará uma abordagem qualitativa de pesquisa, pois levarão em consideração as subjetividades, as particularidades e o caráter individual do objeto pesquisado. Serão realizadas entrevistas com produtores rurais, gestores municipais, nutricionistas e membros do CAE. As entrevistas serão semiestruturadas, em que será utilizada uma pauta, pois, não necessariamente a ordem das perguntas será seguida, podendo ser inseridos novos questionamentos durante o encontro, sem perder os objetivos da investigação. Para a pesquisa será considerado o período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2018, no qual será analisando o PNAE no município de Palmeiras de Goiás – GO, investigando os limites, possibilidades, desafios e a potencialidade do programa para o desenvolvimento da agricultura familiar.

⁴¹ Samuel Marques de Freitas é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Especialista em Financiamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A IMPLANTAÇÃO DA GOVERNANÇA PÚBLICA EM UMA ORGANIZAÇÃO HIERARQUIZADA: ESTUDO DE CASO DO COMANDO DE PREPARO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA

Susan Kelly Prado Andrade⁴²

Resumo: Partindo do pressuposto de que as instituições como as Forças Armadas, baseadas em hierarquia e formalidade, parecem antagônicas à implantação de processos matriciais, de inovação e de atuação baseada em redes e colaboração, fatores presentes na governança pública. Pretende-se aqui responder a seguinte questão: em que medida a estrutura hierarquizada do Comando de Preparo da Força Aérea Brasileira influencia na implantação da governança pública? Operacionalmente, a metodologia a ser aplicada a partir dos parâmetros apontados será o estudo de caso sobre o Comando de Preparo, verificando o seu nível de maturidade na implantação da governança pública. Por meio do Questionário de Autoavaliação de Governança para Resultados (MARTINS; MARINI, 2010), a ser respondido pelo Comandante de Preparo, serão levantadas informações sobre a capacidade e a qualidade institucional, os resultados de desempenho para o cliente, as possibilidades de inovação e se há atuação em rede e colaborativa. Além disso, serão feitas entrevistas com os Comandantes, Diretores ou Chefes de Estado-Maior e Vice-Diretores das organizações subordinadas, buscando identificar os aspectos de inovação e de atuação em rede e colaboração. Por fim, será realizada uma entrevista com o setor técnico do COMAE responsável pelo acompanhamento das atividades de emprego dos meios de força aérea adjudicados pelo COMPREP, para identificar se o preparo operacional está causando o impacto pretendido no cliente para a realização das ações de força aérea.

⁴² Susan Kelly Prado Andrade é Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Adjunta da Assessoria de Governança do Comando da Aeronáutica.

RESPONSABILIDADE CIVIL NAS TOMADAS DE CONTAS INSTAURADAS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO: UMA VISÃO DA DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA NACIONAL APLICADA ÀS CORTES DE CONTAS

Teófilo Márcio de Arruda Barros Junior⁴³

Resumo: O problema central deste estudo será responder a seguinte pergunta: “Como ocorre, e em que medida deve ser aplicada, a responsabilização civil nas tomadas de contas com múltiplos agentes, com um dano perfeitamente caracterizado e com múltiplas causalidades?”. O objetivo geral é, portanto, investigar o panorama geral sobre a responsabilidade civil e sobre as tomadas de contas, e observar a aplicação das teorias de responsabilidade civil existentes sobre os casos concretos administrativos de restituição do dano no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, com o intuito de demonstrar qual a melhor doutrina nacional aplicável aos processos de Tomadas de Contas, e como esta tem sido, efetivamente, aplicada nas situações postas das de Contas, e como esta tem sido, efetivamente, aplicada nas situações postas à análise. O método aplicado neste estudo será o indutivo, ou seja: a partir de observações gerais da responsabilidade civil para análise concreta da responsabilidade nas Tomadas de Contas se poderá observar quais teorias melhor explicam ou descreveriam as responsabilizações nas Tomadas de Contas. Será também adotado a comparação de estudos de casos dos diversos Tribunais de Contas do Brasil e a melhor jurisprudência sobre o assunto nos Tribunais Superiores, com intuito de observar se os TCEs vêm aplicando, de fato, a melhor jurisprudência sobre o assunto a esse singular tipo de processo administrativo sui generis.

⁴³ Teófilo Márcio de Arruda Barros Junior é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Assessor Jurídico do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT).

DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NO ÂMBITO DOS CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIOS: ESTUDO DE CASO

Thawyo Wanderley B. Rosenthal⁴⁴

Resumo: Este trabalho confrontará os resultados positivos e negativos dos relatórios socioambientais no período de 2015 a 2019, discutindo quais foram os avanços e os obstáculos na implantação as ações, programas e práticas de sustentabilidade ambiental dos Conselhos Fiscalização do Poder Judiciário? A partir da análise dos relatórios socioambiental e de entrevista com os membros das comissões e com os gestores das unidades socioambientais, identificar e analisar quais foram avanços e obstáculos da política ambiental no âmbito dos Conselhos e quais serão os principais desafios para os próximos anos. A dissertação se propõe a realizar uma pesquisa com a metodologia mista, ou seja, aplicar ambos os métodos de pesquisa, uma combinação qualitativa e quantitativa. Isso significa que a dissertação utilizará o método qualitativo para compreender melhor os dados sistematizados da pesquisa quantitativa, de forma a interpretar esses dados. Com uma abordagem qualitativa far-se-á uma análise da legislação e normativos sobre o tema e aplicação de questionário para os membros das Comissões socioambiental e dos gestores das unidades ambientais para levantamento dos desafios, avanços e obstáculos encontrados para efetivação de política interna dos órgãos com foco na sustentabilidade ambiental; já com a abordagem quantitativa analisar-se-á os resultados dos Plano de Logística Sustentável (2015-2019).

⁴⁴ Thawyo Wanderley B. Rosenthal é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP). Atualmente, é Assistente de Gabinete de Conselheiro Desembargador do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A EFETIVIDADE DO GERENCIAMENTO DE RISCOS EM RELAÇÃO AOS CONTRATOS FIRMADOS POR EMPRESAS ESTATAIS, SOB A ÉGIDE DA LEI FEDERAL N.º 13.303/16

Thiago Bueno de Oliveira⁴⁵

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo principal responder a seguinte pergunta: qual a utilidade da matriz de riscos, da forma como vem sendo utilizada nos contratos firmados pelas Estatais da União, sob a égide da Lei Federal n. 13.303/16? O trabalho concentra-se em identificar as formas/técnicas utilizadas pelas Estatais da União na elaboração das matrizes de riscos dos contratos formalizados no âmbito da Lei das Estatais, além de aferir o nível de aderência das matrizes de riscos utilizadas pelas Estatais da União aos principais sistemas internacionais de gerenciamento de riscos. Para tanto, faz-se necessário investigar o nível de subsunção da matriz de riscos, tendo como referência os objetivos normativos declarados na Lei das Estatais e a realidade prática, bem como conceber eventuais propostas para o aperfeiçoamento da utilização de matrizes de risco nos contratos firmados pelas Estatais, sob a égide da Lei das Estatais.

⁴⁵ Thiago Bueno de Oliveira é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Advogado na Agência Brasileira de Exportação e Atração de Investimentos (APEX-BRASIL).

O TERCEIRO SETOR COMO MODELO DE GESTÃO NOS SERVIÇOS PÚBLICOS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO

Tiago José Mendes Fernandes⁴⁶

Resumo: A pesquisa busca analisar o regime jurídico e o modelo de gestão administrativa do Terceiro Setor na saúde pública dos municípios, visto a característica híbrida destas entidades, na medida em que, apesar de particulares, exercem atividade de interesse público, sempre trouxe certa instabilidade quando a aplicação e interpretação do regime jurídico sobre elas incidente. O estudo baseia-se no método dedutivo e eminentemente pautado em uma pesquisa documental e bibliográfica, busca-se analisar algumas das mais basilares construções sobre o fundamento justificador da existência do Estado, perpassando-se, ainda, uma breve análise da fundamentalidade e da atual conjuntura do terceiro setor e serviço público nos municípios do Estado do Maranhão, desembocando na busca de meios que confirmam ao Poder Público, em sede de cooperação com entes particulares, maior possibilidade de garantir a adequada prestação do serviço público em comento.

⁴⁶ Tiago José Mendes Fernandes é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Secretário Municipal de São José de Ribamar/MA.

O PROGRAMA DE *COMPLIANCE* NAS EMPRESAS ESTATAIS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A TERRACAP (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL)

Walter José de Almeida Filho⁴⁷

Resumo: A Lei 13.303/2016 estabeleceu regras jurídicas para a constituição e o funcionamento das empresas estatais. Em especial, instituiu normas relacionadas à governança corporativa, transparência e *compliance*. A lei definiu determinadas regras e condutas que passam a ser obrigatórias para as empresas estatais e que podem contribuir para o aperfeiçoamento de sua atuação. O objetivo desse trabalho é analisar de que forma o *compliance* foi abordado na Lei 13.303/2016 e apresentar a implantação e manutenção dos programas de *compliance* no âmbito das empresas estatais, em especial no caso da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (TERRACAP). Esta pesquisa consistirá em um estudo de caso, o qual abordará a seguinte metodologia qualitativa: revisão da literatura e pesquisa bibliográfica, a partir de artigos científicos e estudos acadêmicos (dissertações e teses) de autores brasileiros e estrangeiros, buscando conceitos e exemplos de programas de integridade e *compliance*; coleta de dados existentes na TERRACAP, a fim de conhecer os métodos usados para implantação do *compliance* na TERRACAP; estudo explicativo e descritivo dos resultados da pesquisa: análise de como a TERRACAP implantou e mantém o programa de integridade e *compliance*.

⁴⁷ Walter José de Almeida Filho é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Engenheiro Civil da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (TERRACAP).

SUSTENTABILIDADE NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS E O PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE: DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

Wandewallesy de Brito Alexandre⁴⁸

Resumo: Quais as dificuldades encontradas pela gestão pública no processo de licitação sustentável ao ser observado o princípio da economicidade para o Desenvolvimento Nacional Sustentável? O presente trabalho tem como foco a questão enunciada. Trata-se, portanto, de analisar os aspectos de sustentabilidade nas licitações, através do estudo do conceito de desenvolvimento sustentável, aliados ao conceito e princípios das Licitações Públicas, análise das mudanças na Lei 8.666/93 neste sentido e suas aplicações práticas. A natureza da pesquisa é a descritiva, com abordagem na forma dedutiva, onde por meio de enunciados ou premissas, chega-se a uma conclusão necessária, advinda da aplicação de regras lógicas na pesquisa das leis e bibliográfica; o raciocínio, então, é classificado como dedutivo quando inicia em aspectos gerais para chegar ao particular. Como técnica de pesquisa, utiliza-se o levantamento de dados, realizada na forma de pesquisa documental – documentos oficiais, como as Leis – e bibliográfica, através de livros, artigos científicos, entre outros.

⁴⁸ Wandewallesy de Brito Alexandre é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é 2º Sargento / Pregoeiro e Membro da Comissão Permanente de Licitações da Base Administrativa do Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército.

A BÍBLIA SAGRADA E A PROTEÇÃO DE DEUS NAS SESSÕES DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL: DO PRINCÍPIO DA LAICIDADE DO ESTADO AO COTIDIANO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Welbio Coelho Silva⁴⁹

Resumo: Atualmente, pesquisadores e tribunais têm debatido e decidido questões que superam o conhecimento geral positivo, permitindo-se analisar temas ligados à esfera íntima de convicções filosóficas e religiosas das pessoas, titulares que são de direitos fundamentais. No entanto, essa discussão encontra “problemas” mais sérios quando transportada para os espaços públicos, como notoriamente se caracterizam as sessões públicas de uma casa legislativa. O objetivo geral da pesquisa consiste em investigar se a específica previsão regimental da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) viola princípios e regras da administração pública. Para tanto, será preciso compreender a amplitude da liberdade de organização jurídico-administrativa conferida pelo ordenamento jurídico brasileiro às casas legislativas nacionais e subnacionais. Além disso, será analisada a validade jurídica dessa disposição regimental, utilizando como paradigma os termos normativos que lhe são imediatamente superiores na hierarquia das normas, como a Lei Orgânica do Distrito Federal e a Constituição Federal. Por fim, pretende-se examinar se existe igual ou semelhante previsão regimental em outras casas legislativas, perquirindo em seguida as eventuais decisões do Poder Judiciário, nos controles abstrato e difuso de constitucionalidade.

⁴⁹ Welbio Coelho Silva é Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Atualmente, é Procurador da Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF).



idp